

O 3 NO 1995

Claus - Brasil

Quadrado fiscal preocupa

GAZETA MERCANTIL

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Em seu Boletim de Conjuntura de outubro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, alerta para a deterioração do quadro fiscal e para a lentidão da retomada do nível de atividade econômica — que poderão comprometer a consolidação do processo de estabilização. O Ipea avalia que o crescimento econômico estará prejudicado até o segundo semestre de 1996, dada a rigidez da política monetária atual. "Qualquer euforia em relação ao processo de estabilização seria prematura", advertem os economistas do instituto, ressaltando a preocupação com o atraso do ajuste fiscal e com o uso permanente dos juros altos como instrumento de controle de demanda.

Apesar da queda da inflação e da significativa recuperação da balança comercial, o Ipea refez suas projeções para o crescimento da economia neste ano em bases mais modestas. De acor-

do com os novos cálculos, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro deverá chegar a 4,9%, encolhendo ao final do primeiro trimestre de 1996 para apenas 2,2%. Outra projeção de destaque é de um déficit operacional do setor público na casa dos 3%.

Até setembro, a estimativa do Ipea era de um crescimento do PIB de 5,7%. A revisão para 4,9% foi determinada pela queda de 2,7% na produção industrial, na comparação de agosto com julho. Para setembro, a previsão é de um aumento de apenas 0,6% na atividade industrial, segundo o economista Cláudio Considera, diretor do Ipea. No ano, a indústria deve crescer 4,8%, a agropecuária 4,9% e os serviços 5%.

Segundo as expectativas do Ipea, o ano de 1995 também deverá fechar com um avanço da participação dos investimentos no PIB — de 15%, em 1994, para 16,8% a 17%. Esse aumento está sendo alavancado pelo crescimento da produção e das importações de bens de ca-

pital — embora ambos os indicadores já reflitam a desaceleração da atividade econômica no terceiro trimestre.

No Boletim de Conjuntura, os economistas do Ipea consideram ainda que o problema das contas públicas não parece se situar no volume da dívida em si, "mas na relação entre a estrutura de gastos públicos e a capacidade do governo de fazer frente aos encargos desta dívida". Defendem, por isso, a privatização como um dos instrumentos de redução da dívida, capaz de aliviar as pressões de gastos do governo e permitir redução da taxa de juros.

A publicação do Ipea destaca a necessidade de avanço nas reformas constitucionais; da adoção de medidas para aumentar a transparência das contas públicas e o controle sobre o endividamento excessivo de estados e municípios; e da ampliação dos programas de desestatização e concessão de serviços públicos ao setor privado — tudo para afastar o risco de um retorno da inflação.